

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL**

### **O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO LEGAL DA POLÍTICA OFICIAL DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Lara Cioffi/UNIR<sup>1</sup>

Carlos Antônio Maciel/UNIR<sup>2</sup>

Tânia S. A. BRASILEIRO/UNIR/UFOPA<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

As políticas educacionais no Brasil estão ordenadas por documentos legais que estabelecem as orientações, ou seja, princípios, objetivos e determinações, para a organização de projetos e ações que venham concretizar o que fora previsto na proposição de determinada área. Importa assim, para o entendimento do projeto oficial de uma área específica da educação, conhecer o amparo de seu arcabouço legal e acompanhar o processo de sua estruturação. Este trabalho apresenta um estudo da legislação educacional que sustenta a atual política oficial de formação dos profissionais da educação. Tem por objetivo descrever as relações estabelecidas entre os documentos legais e conhecer o processo pelo qual se deu sua estruturação. Primeiramente, expõe a sustentação da legislação específica da política de formação docente amparada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, evidenciando a legislação complementar que por vezes traz modificações, por vezes traz acréscimos às leis primárias que são das décadas de 1980 e 1990, para garantir assim, a viabilidade das propostas do contexto atual; em seguida, apresenta o Decreto N° 6755/2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, enquanto alicerce legal para outros documentos que determinam a estrutura e organização da política de formação docente no país por meio do Plano Nacional de Formação de Professores e da Rede Nacional de Formação Continuada, que apresentam outros desdobramentos legais. A investigação foi realizada a partir de pesquisa documental na legislação educacional e consultas eletrônicas em sites de instituições oficiais relacionados ao tema. O estudo possibilitou estabelecer as relações que ocorrem na legislação que sustenta a política de formação docente e a elaboração de um fluxograma que apresenta as modificações e acréscimos ocorridos no arcabouço legal para que fosse possível a construção do projeto oficial de formação dos profissionais da educação que ora se apresenta.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Formação de Professores. Legislação educacional.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de apresentação:** Pôster

## **O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA**

Margenaldo Tavares de Sá. SEDUC<sup>1</sup>

Simône de Oliveira Alencar. UFAM<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O ato de planejar é uma atividade que acompanha a evolução da humanidade, pois desde homem primitivo já se planejava, mesmo de maneira assistemática. Nessa perspectiva o planejamento é concebido como uma exigência ou uma necessidade inerente do ser humano. A noção de planejamento, com a função de prever, dirigir, organizar, padronizar e controlar surge na literatura educacional contemporânea a partir dos estudos sobre a produtividade da organização. No entanto, o planejamento participativo, que é o mais conhecido pela maioria dos educadores e o planejamento estratégico, não nasceram dentro da escola ou para ela. Aos poucos, com as transformações econômicas e sociais percebeu-se a necessidade de trazê-los para o contexto escolar como importante instrumento da gestão. Considerando a gestão na perspectiva escolar, vem logo à imagem do/a gestor/a, o/a responsável por conduzir os processos administrativos e pedagógicos da instituição que exerce a função, alicerçada nos pilares da autonomia, da liderança, da participação da comunidade e da existência de recursos controlados por normas da política pública. É difícil falarmos de uma gestão escolar democrática com qualidade, sem considerarmos a importância de um planejamento que priorize os resultados com eficácia na consecução dos objetivos almejados. Diante do exposto, configura-se o problema do presente trabalho: Como o planejamento estratégico é ou poderia ser desenvolvido nas escolas públicas do município de Humaitá-AM? Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar o planejamento estratégico como ferramenta essencial para a eficácia da gestão nas escolas públicas do município de Humaitá-AM. A metodologia aplicada para este trabalho foi uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas aos gestores das escolas estaduais e professores da rede pública de ensino. Todavia, é necessário entender que o planejamento estratégico, com todos os seus elementos e etapas, só poderá ser efetivado e desenvolvido em sua totalidade se houver também uma gestão democrática e necessariamente estratégica, e isso, implica na qualificação do/a gestor/a.

**Palavras-chave:** Planejamento. Gestão. Educação.

**Eixo temático:** 1. Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Modalidade de apresentação:** Comunicação oral

<sup>1</sup> Graduação em Educação Matemática. Professor. Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. marginaldosa@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação. Professora Assistente I. Universidade Federal do Amazonas. s\_simone\_@hotmail.com

## **O CONSELHO ESCOLAR COMO MECANISMO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ARIQUEMES**

Iracema Francisca Pereira<sup>3</sup> - UNIR  
Nilta Moreira Braga Nunes<sup>4</sup> - UNIR

### **RESUMO**

Observa-se que sociedade na busca de seus direitos, cada vez mais vem se organizando por meio de mecanismos de participação da comunidade educacional. Entre os vários mecanismos de gestão democrática, pode-se destacar o Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Conselhos de Classes. Com base nessa realidade, este artigo apresenta-se como o resultado de uma pesquisa que estudou o tema Gestão Democrática, mais especificamente, o Conselho Escolar como mecanismo de gestão democrática nas escolas estaduais de Ariquemes. Os objetivos são os de abordar os mecanismos de gestão democrática no interior da escola, bem como a atuação do Conselho Escolar nesse processo de democratização. A metodologia adotada, levando em conta o aspecto da natureza dos dados, foi a do Paradigma Qualitativo, e considerando o aspecto da maneira de coleta de dados, a tipologia de pesquisa é a bibliográfica e descritiva, foi desenvolvida em três escolas da rede estadual do Município de Ariquemes a partir de duas fontes de informação. Inicialmente, foi aplicado questionários que foram respondidos por membros do conselho escolar. Por fim, colheram-se informações dos membros através da observação em reuniões promovidas pela Secretaria Estadual de Educação no Município - SEDUC. Dessa forma, considerou-se um número aproximadamente de 16 membros do Conselho Escolar que responderam aos questionários com a seguinte amostra por segmento: três estudantes, três pais ou responsáveis, quatro professores, três diretores e três funcionários. Os questionários foram aplicados com o intuito de conhecer algumas características dos sujeitos pesquisados, com perguntas referentes à faixa etária, grau de escolaridade, dentre outras. Buscamos investigar ainda o modo como os sujeitos percebem a ação de participar, suas impressões acerca da gestão democrática e que avaliação faz a respeito do nível de participação do Conselho na gestão da escola. Os resultados encontrados na análise dos dados foram que apesar da existência de alguns mecanismos de gestão democrática como eleição de diretores e implantação dos Conselhos Escolares, a escola ainda está longe de atingir os patamares de uma escola que se diga de fato democrática. Desse modo, entende-se que as atuações dos Conselhos não correspondem às funções e necessidades que de fato deveriam atender. Entretanto, o pequeno alcance das conquistas, a participação dos diversos segmentos que compõem a escola na tomada de decisão, apesar das dificuldades apresentadas, talvez possa representar a expressão da democracia, o início de um processo que demarca as mudanças qualitativas no espaço escolar. Ao concluir, torna-se necessário destacar a importância da escola superar a visão burocrática da atuação do Conselho Escolar e buscar o seu fortalecimento através de reuniões de formação a partir de estratégias adequadas que possam viabilizar a participação do Conselho de forma efetiva na definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola. Gestão. Democracia. Conselho.

**EIXO TEMÁTICO:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR e acadêmica do curso de Pós-graduação em Coordenação Pedagógica – UNIR.

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia, Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior e Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

## **O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE HUMAITÁ**

<sup>1</sup>GALDINO, Zilmar da Cunha - UFAM

<sup>2</sup>CARVALHO, I. Moreira - SEMED

### **RESUMO**

Este estudo tem base em uma pesquisa que foi realizada na Unidade da Secretaria Estadual de Educação, Desporto e Cultura-SEDUC, no município de Humaitá-Amazonas, aborda-se a Orientação Educacional e suas implicações nos processos políticos, técnicos e humanos dentro de uma concepção integradora de formação com vistas à superação dos condicionantes que limitam as ações locais no âmbito da gestão escolar e inibem a promoção de melhorias no sistema estadual público de ensino. O objetivo geral foi conhecer como a Secretaria efetiva o serviço de Orientação Educacional em sua rede escolar no referido município. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e de campo com enfoque qualitativo, os instrumentos utilizados foram questionários e entrevistas feitos com a coordenadora geral, a coordenadora pedagógica e a orientadora educacional equipe de profissionais que respondem pela gestão administrativa e pedagógica dos serviços na Unidade. Nos resultados constatou-se que a Secretaria realiza de forma insuficiente o serviço de Orientação Educacional, o qual está incluso nas atividades de Orientação Pedagógica, o atendimento é feito de forma geral e padronizado, conforme cronograma e plano de trabalho determinado pela SEDUC para todo seu sistema. Este serviço não está presente no processo de trabalho diário das instituições de ensino, mas de forma pontual, pois os profissionais que são designados a executá-lo são lotados no prédio da Unidade da Secretaria, portanto não participam no dia a dia junto aos gestores e professores nos trabalhos desenvolvidos nas escolas. Conclui-se que a Secretaria precisa viabilizar ações para que seja ampliado o serviço de Orientação Educacional em toda a sua rede, de acordo com as necessidades e peculiaridades de cada escola que integra seu sistema. Disponibilizar um maior quantitativo de profissionais habilitados para auxiliar no planejamento escolar; nas ações de integração escola-família-comunidade; na avaliação e promoção dos alunos com dificuldades de aprendizagens específicas; entre outros, pois há urgência de renovação e de aperfeiçoamento nos métodos, processos e técnicas de ensino que são padronizadas para uma gestão compartilhada e integrada dos serviços que valorize a dimensão profissional, social e política dos envolvidos. Para tanto, é preciso que a comunidade escolar, pais e responsáveis unidos cobrem do Estado ações mais comprometidas com a autonomia administrativa e pedagógica das escolas do sistema estadual de ensino.

**Palavras - chave:** Orientação Educacional. Gestão Escolar. Autonomia Administrativa e Pedagógica.

**Eixo temático:** 1 Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de apresentação:** Comunicação Oral<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Pedagoga com habilitação em Orientação e Supervisão Escolar (UFAM); Especialista em Gestão de Projetos Educacionais (CEFET/AM); Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Professora DE da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Campus Vale do Rio Madeira - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente. [zmdcg@hotmail.com](mailto:zmdcg@hotmail.com).

<sup>2</sup>Pedagoga (UFAM) Professora do Ensino Fundamental – Secretaria Municipal de Educação-SEMED. [irenise@hotmail.com](mailto:irenise@hotmail.com)

## **EDUCAÇÃO NAS PRISÕES: A FACE DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL NA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO**

Araujo, Stephane Silva de<sup>6</sup>, MJ/DEPEN/PFPV/IFRO/IFRO

### **RESUMO**

A prerrogativa constitucional de que a Educação é um direito de todos e um dever do estado, tem sido levada em consideração quando da promulgação de novas políticas públicas em nosso país. Assim, pessoas ora excluídas do sistema educacional, e, mesmo da sociedade como um todo, passam a ter o direito ao acesso e permanência com qualidade às ações de educação e formação profissional. Neste grupo de “excluídos” encontram-se as pessoas privadas de liberdade, que mesmo com a existência de arcabouço jurídico moderno que os assegure tal direito, por muito tempo não se beneficiaram com a efetivação dos mesmos. Um dos fatores que influenciam esta situação é a superlotação e o caos por que passa o sistema prisional brasileiro. Em 2006, o Ministério da Justiça, em resposta a ataques criminosos contra a sociedade brasileira, criou o Sistema Penitenciário Federal (SPF) com a finalidade de segregar os líderes de grandes facções criminosas que continuaram comandando crimes mesmos estando reclusos em prisões estaduais. Assim, as Penitenciárias Federais começaram suas atividades nas cidades de Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Porto Velho/RO e Mossoró/RN, onde continuam em funcionamento. Este trabalho tem como objetivo principal apresentar os dados e resultados preliminares da oferta de assistência educacional aos reeducandos mantidos na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PFPV). Com a admissão de Especialista em Assistência Penitenciária habilitada em Pedagogia a referida unidade passou a efetivar o direito à educação a partir de um convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RO) em janeiro de 2011. Desta forma, lotou-se na PFPV corpo docente qualificado para o trabalho em nível de Ensino Fundamental através dos cursos Seriado Semestral para o primeiro segmento, e, Modular para o segundo. Estuda-se no momento a viabilidade de oferta de Ensino Médio nos próximos anos. Neste trabalho serão apresentados dados que foram coletados por meio de análise documental, observações do espaço escolar em ambiente prisional, e, entrevistas com servidores da execução penal, reeducandos e professores que atuam na penitenciária, procurando-se assim apresentar panorama geral quanto a organização e funcionamento de atividades educacionais em meios de privação de liberdade considerados de segurança máxima. Entende-se que a oferta de educação para pessoas presas nada mais é que o cumprimento do ordenamento legal vigente, porém, o acompanhamento da experiência demonstra mais: os resultados desta ação são da ordem de mudanças profundas em sujeitos, que até então não haviam se entendido como sujeitos de direitos em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Educação nas Prisões. Penitenciária Federal. Educação de Jovens e Adultos.

**Eixo Temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de Apresentação:** Comunicação Oral.

---

<sup>6</sup> Mestre em Educação, Especialista em Assistência Penitenciária - Pedagoga do Ministério da Justiça lotada na Penitenciária Federal em Porto Velho do Departamento Penitenciário Nacional, Pós-Graduada do Instituto Federal de Rondônia e na Faculdade de Ciências Administrativas e Tecnológicas. Endereço eletrônico: [stephane.silva@mj.gov.br](mailto:stephane.silva@mj.gov.br).

## **AUTORITARISMO: UMA REALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Silmara Ferreira Lopes<sup>7</sup>UNIR  
Marilisa Miranda de Souza<sup>8</sup>UNIR

### **RESUMO**

Na pesquisa, um dos problemas levantados é a relação de poder estabelecido no âmbito da educação escolar nos últimos anos. O principal objetivo é identificar mecanismos de opressão a que são submetidos os profissionais da educação, as relações autoritárias e semisservis existentes no ambiente escolar e suas consequências. O trabalho foi realizado a partir de uma abordagem metodológica que possibilita integrar a parte ao todo: o método do materialismo histórico dialético. A totalidade desta investigação consiste em 05 escolas públicas da rede estadual dos municípios da Zona da Mata rondoniense. O Estado capitalista ostenta várias contradições que se agudizam ainda mais em sua fase atual, o imperialismo. Os estudos de Lênin (1979), afirmam que o imperialismo é uma etapa superior do capitalismo, ou seja, a fase em que o desenvolvimento do capitalismo ocorre com o domínio dos monopólios e do capital financeiro, adquirindo grande importância à exportação de capital, a divisão internacional do trabalho e, sobretudo, a partilha dos territórios entre as grandes potências capitalistas, tornando-os dominados e dependentes. O mundo está dividido entre países dominantes e suas colônias e semicolônias (LÊNIN, 1979). Conservando historicamente a condição de país semicolonial e semifeudal o Brasil é um país de Capitalismo Burocrático. Guzmán que define o capitalismo burocrático como “o capitalismo que o imperialismo impulsiona num país atrasado; o tipo de capitalismo, a forma especial de capitalismo, que impõe um país imperialista a um país atrasado, seja semifeudal, semicolonial” (GUZMÁN, 1974, p. 1). O conceito de capitalismo burocrático se aplica à análise de todos os países que não fizeram a revolução burguesa e mantêm o problema agrário, por isto se aplica ao Brasil (MARTÍN MARTÍN, 2007). O capitalismo burocrático tem duas colunas: semicolonialismo e semifeudalidade (grande propriedade, semisservidão, gamonalismo ou coronelismo), que são interligadas e indissolúveis. Compreende-se, assim, que a definição de capitalismo burocrático, de semifeudalidade, não significa falar de feudalismo, nem de modo de produção feudal, e sim de capitalismo burocrático, que é uma parte nova dentro do processo histórico (SOUZA, 2010, p. 367). Conforme a análise de Souza (2010) nas últimas décadas o imperialismo norte-americano por meio dessa nova ordem política chamada de neoliberalismo instituiu uma nova ordem cultural por meio de seus organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, etc. Para Santomé (2003) esses organismos são “o cérebro das políticas neoliberais” e na atualidade a principal agência responsável pela difusão das ideologias imperialistas é sem dúvida, o **Banco Mundial**. As políticas educacionais de formação de professores e gestores das escolas estaduais da Zona da Mata são hegemonicamente formuladas, dirigidas e financiadas pelo imperialismo, por meio de uma de suas principais agências, o Banco Mundial, e se efetivam nos programas implantados na educação por meio do coronelismo existente no âmbito do poder local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semifeudalidade. Coronelismo. Políticas Educacionais. Relações Autoritárias.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de apresentação:** Comunicação Oral

<sup>7</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Rolim de Moura. E-mail: [Silmaraafl@hotmail.com](mailto:Silmaraafl@hotmail.com). Bolsista: CNPq.

<sup>8</sup> Doutora em Educação. Docente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Rolim de Moura, e do Mestrado Acadêmico em Educação – PPGE/UNIR, Campus de Porto Velho. E-mail: [msmarilisa@hotmail.com](mailto:msmarilisa@hotmail.com). Apoio Financeiro: CNPq/UNIR.

## **A GINÁSTICA RÍTMICA EM RONDÔNIA, UM PERCURSO DESAFIADOR.**

Eluziane Viana Araújo, UNIR.  
MS. Eurlly Kang Tourinho, UNIR.  
Esp. Juscimara Campos de Oliveira, CREF8.

### **RESUMO**

No Brasil a Ginástica Rítmica (GR) chegou a partir da década de 50 e cresceu muito. Aos poucos tem tomado lugar de destaque em competições olímpicas, mundiais e Pan – Americano, hoje quase todas as regiões brasileiras possuem uma Federação de Ginástica que facilita a propagação da modalidade, de acordo com mapeamento feito pela Revista Ginástica Brasil, ano 1, nº 1. Em Rondônia os primeiros trabalhos foram desenvolvidos na década de 80, uma equipe formada por jovens que participavam das competições intermunicipais e interestaduais. Atualmente a Federação Rondoniense de Ginástica tem se empenhado para resgatar a prática e a expansão deste esporte, por meio de programas, projetos e diversos trabalhos como cursos, oficinas entre outros meios. Conforme o site Notícia na Hora (2010). A ex- ginasta Maria Lana Rodrigues participou da equipe que representava o Estado em competições nacionais de Ginástica Rítmica. Este estudo tem como objetivo geral: Analisar os aspectos históricos da Ginástica Rítmica em Rondônia e seu crescimento. Os objetivos específicos são: Incentivar a propagação da Ginástica Rítmica em Rondônia; - Observar as ações desenvolvidas desta modalidade; - Identificar o interesse da sociedade relacionado a este esporte. A metodologia aplicada foi de uma pesquisa indireta do tipo documental, em que se fez um levantamento dos registros eletrônicos, jornais e revistas relacionados ao tema. “A professora Eurlly Kang Tourinho disse que na década de 1980 Rondônia fazia um trabalho importante nesta área; mas devido à falta de incentivo foi deixando de ser praticado e foi caindo no esquecimento. “A criação da Federação Rondoniense de Ginástica” é uma forma de resgatar a prática dessa modalidade esportiva” ressaltou a professora”. (ESPORTE AMAZÔNIA, 2010). Ao ver as dificuldades voltadas para políticas públicas de esporte no Estado poderia isso ser um motivo para não investir em ações que promovam a GR, no entanto ao contrario disso, surge um desafio de vencer os obstáculos para escrever uma história diferente. Mesmo que a GR não tenha tomado grandes proporções em nosso Estado, cada passo que foi dado teve sua importância para hoje ser vista como um possível destaque entre os esportes praticados em Rondônia.

**Palavras-chave:** Ginástica Rítmica. História. Políticas Públicas.

**Eixo 2:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de Apresentação:** Comunicação Oral.

## O USO DA TECNOLOGIA NA GESTÃO ESCOLAR

Andreza Texeira de Aquino – UFAM  
Paloma Taysa Virgolino de Oliveira – UAM

### RESUMO

A percepção que se tem a partir do senso comum sobre tecnologias fazem com que venham a baila representações de aparelhos dos mais sofisticados e, que sem dúvida estão ou deveriam estar no âmbito educacional. Principiando por um estudo do Componente Curricular Docência, Gestão e Relações Humanas, tendo em foco as Dez Novas Competências de Phillippe Perrenoud (2000) e o filme Escritores da Liberdade de Richard LaGravenese (2007) despertou nossa sensibilidade para refletir sobre fatores que contribuem para a qualidade de ensino administrado pela gestão escolar. O pressuposto básico é o de que na maioria das escolas não dispõem de novas tecnologias e diante disso, os docentes utilizam-se desse argumento para restringir sua criatividade. Porém, faz-se útil lembrar o conceito de tecnologia – são os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam, os quais incluem desde o uso do giz e a forma de gesticular até a televisão e o vídeo; que muitas das vezes são tecnologias muito mal utilizadas. Para efetivar uma educação de qualidade, não se precisa apenas de novas tecnologias, mas saber utilizar dos recursos disponíveis no âmbito escolar. Partindo de uma pesquisa bibliográfica e vivendo em um período de grandes transformações. O crescimento tecnológico, o domínio dos meios de comunicação e a incessante busca pelo ingresso no mercado de trabalho provocam uma enorme insegurança e instabilidade entre as pessoas, modificando, assim, a estrutura familiar e, conseqüentemente, a escola da atualidade, tornando necessário novos olhares às práticas educativas, à educação através da Gestão Participativa, mais especificamente, pelo viés da participação de todos os atores educacionais a fim de que o processo educativo possa avançar. Concomitantemente a realidade atual exige que um gestor tenha competência, saber, liderança, motivação, no intuito de encontrar soluções para suprir boa parte das deficiências de uma escola. Simultaneamente toda mudança implica em novos caminhos, novas abordagens, novas soluções e sendo assim, o avanço tecnológico teve grande significado na Gestão para incentivar os professores na aprendizagem, aperfeiçoando-os, para que resultem em gestores que superam as limitações organizacionais e contribuem para transformar a escola em um espaço criador, em uma comunidade de aprendizado utilizando as tecnologias possíveis.

**Palavras-Chave:** Gestão Escolar. Tecnologia. Qualidade de Ensino.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de Apresentação:** Comunicação Oral.

## **CÁRCERE E PROEJA-FIC: A EXPERIÊNCIA DA PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO**

Araujo, Stephane Silva de<sup>9</sup>, MJ/DEPEN/PFPV/IFRO/FATEC

### **RESUMO**

A política de execução penal brasileira é determinada por arcabouço jurídico que apresenta como principais finalidades da pena a retribuição do crime cometido e a prevenção do cometimento de outros. Tais finalidades poderiam ser resumidas na perspectiva retributiva, e, na garantia de assistências oferecidas nos estabelecimentos prisionais que assegurem o retorno do preso à sociedade sem índices de reincidência. Porém, a realidade do sistema prisional brasileiro é bem diferente, devido a crise que as prisões enfrentam e o crescimento do número de facções criminosas, em 2006 o Ministério da Justiça criou o Sistema Penitenciário Federal (SPF), como uma forma de intensificar o combate ao crime organizado e as grandes rebeliões. Assim, as Penitenciárias Federais localizadas em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN) entraram em funcionamento. A execução de pena nestes estabelecimentos também leva em consideração a Lei de Execução Penal, respeitando desta forma os direitos da pessoa presa, entre eles o acesso à educação em todos os níveis e modalidades. Frente a esta realidade, a Penitenciária Federal em Porto Velho (PFPV) buscou junto à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RO) e ao Instituto Federal de Educação de Rondônia (IFRO) a construção de parceria com a finalidade de atendimento em nível de Ensino Fundamental e Profissionalizante, respectivamente. O presente trabalho visa apresentar os resultados alcançados até o momento com a execução de cursos profissionalizantes PROEJAFIC em Auxiliar de Vendas, e, Auxiliar em Administração na referida unidade prisional. \por meio de dados coletados em análise documental, observações das aulas, e, entrevistas realizadas com alunos reclusos e professores que atuam na PFPV. Em outubro de 2010, as atividades tiveram início com o reconhecimento do local, construção dos projetos políticos pedagógicos dos cursos voltados aos internos, e, de um curso voltado à formação específica dos professores que compõem o corpo docente que atua na PFPV. Em 2011 a ação foi apresentada à comunidade, e, em 21 de outubro do mesmo ano tiveram início as aulas. Atualmente, 16 internos da unidade participam das atividades educacionais profissionalizantes de forma concomitante à elevação de escolaridade do Ensino Fundamental. Os professores envolvidos se referem constantemente o crescimento intelectual de seus “alunos” e o potencial criativo que os mesmos apresentam. Além de se perceber os ganhos desta ação dentro da penitenciária por meio do incremento de vocabulário dos internos, sua criticidade aguçada e a solicitação constante por mais atividades educacionais, ações externas demonstram à equipe coordenadora do projeto que este vem sendo realizado de forma singular. Destarte, nota-se como vem sendo executada de forma pioneira em Rondônia esta ação educacional em Penitenciárias Federais, visando como preceitua a LEP a “harmônica reintegração social do apenado”. A relação dos reeducandos com as atividades educacionais denota que a reclusão (em média 9 anos) deve se tornar um período de aprendizagem e formação profissional, vez que os alunos respondem de forma positiva a inserção da educação em seu cotidiano e apresentam faixa etária considerada produtiva para o mundo do trabalho (18-34 anos).

**Palavras-chave:** Cárcere. Educação em Prisões. PROEJA-FIC.

**Eixo Temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Modalidade de Apresentação:** Pôster

---

<sup>9</sup>Mestre em Educação, Especialista em Assistência Penitenciária - Pedagoga do Ministério da Justiça lotada na Penitenciária Federal em Porto Velho do Departamento Penitenciário Nacional, Pós-Graduanda do Instituto Federal de Rondônia/IFRO e da Faculdade de Ciências Administrativas e Tecnologia/FATEC. Endereço eletrônico: [stephane.silva@mj.gov.br](mailto:stephane.silva@mj.gov.br).

## **PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: SUAS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS A UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, RONDÔNIA**

Simone de Souza Laass- UNIR  
Kátia Juversina Matias- UNIR  
Vanderleia Barbosa da Silva- UNIR

### **RESUMO**

A educação atual tem evoluído ganhando novos espaços e conquistas no âmbito escolar. Com a visão de proporcionar melhorias educacionais às crianças, adolescentes e jovens da rede pública, têm sido criadas políticas pedagógicas criativas entre estas se destaca o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, com o objetivo de aumentar a oferta educativa do aluno, por meio de atividades diferenciadas, como esporte, música, lazer, tecnologias e também oferece aulas de reforço ao ensino regular, com aulas de matemática e letramento. Gratuitamente o programa visa tirar as crianças da rua e trazer-lhes para a escola com o ensino integral, pois na sua maioria são crianças socialmente vulneráveis, com alto nível de pobreza e baixo rendimento escolar. Com isso este estudo tem como objetivo analisar os objetivos do programa Mais Educação, verificando as experiências concretas, ressaltando suas dificuldades, desafios, contribuições e avanços do projeto no âmbito das escolas onde estão presentes. A elaboração do presente estudo se fez a partir de análises de aportes teóricos de autores que tratam do tema abordado, estudo do Projeto Mais Educação, além de uma pesquisa realizada em uma escola pública do município de Ji-Paraná, Rondônia. Foi elaborado um questionário e aplicado a cinco (5) monitores do Programa Mais Educação, e um grupo de quinze (15) estudantes que participam do Programa, neste questionário buscou-se investigar quais as considerações de educador e educando no processo de ensino aprendizagem no Programa Mais Educação. Ao longo do estudo ficaram evidentes que são inúmeras as contribuições do Programa Mais Educação, como o acesso a atividades que no currículo da escola regular não possui entre eles dança, informática, artes plásticas, música entre outros. Outro ponto relevante é que no programa os estudantes possuem uma alimentação balanceada, com cardápios variados, o de certa forma contribui para o desenvolvimento desses estudantes, já que suas necessidades básicas são supridas. É notável que o Programa Mais Educação ainda esteja em processo de adaptação em algumas escolas – pois a teoria diverge da prática – e estas possuem alguns desafios para professores, gestores e monitores da área que lutam por uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Programa Mais Educação. Educação integral. Inclusão Educacional.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Modalidade de apresentação:** Comunicação Oral

## **CONSELHOS ESCOLARES EM RONDÔNIA: UM AVANÇO DA DEMOCRACIA, OU TOTALITARISMO DISFARÇADO?**

Gilson Soares<sup>10</sup>  
Marilsa Souza<sup>11</sup>

### **RESUMO**

O surgimento dos conselhos gestores no Brasil remetem os séculos XII e XV e tiveram papel fundamental nos momentos de crises, ou lutas sociais pelos partidos de esquerda. Entretanto só após a constituição de 1988, é que o Brasil lhes oferece teor legal e obrigatório para o exercício da democracia. No campo educacional, esta lei foi ratificada com a promulgação da LDBEN 9394/96, em seu art.14. Nesse contexto, os Conselhos Gestores, vistos como exercício de cidadania pelos seus membros e democratização das instituições públicas, estão perdendo a função social, para a qual foram instituídos. A educação brasileira, para desempenhar seu papel em promover um ensino de qualidade, ela necessita da participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Contudo, ainda se vê no interior das escolas, permanência de práticas de gestão centralizadora, autoritária. O totalitarismo velado nas instituições escolares no estado de Rondônia, agora tem o respaldo da lei, buscando eliminar os opositores implementando conselhos escolares, mas já designados os presidentes e vice-presidentes pelo poder público estadual, conforme DECRETO Nº 15866, DE 29 DE ABRIL DE 2011, do Governo do Estado que dispõe sobre a formação dos conselhos escolares. Neste, o diretor do estabelecimento de ensino será membro nato do Conselho Escolar, como presidente e o Vice Diretor suplente. Lembrando que este mesmo conselho é responsável para organizar as eleições para diretores das escolas. Com o poder centralizado nas mãos da equipe gestora, ela monopoliza as decisões, não divulga as reuniões com antecedência, que acontece sempre nos horários em que a maioria dos membros da comunidade escolar está trabalhando, sem contar com despreparo dos pais para entenderem normas e termos próprios da administração pública. Além disso, muitos funcionários da escola que fazem parte destes conselhos exercitam um “pacto de silêncio”, na maioria das vezes nem participam das reuniões. Os conselhos são formados com discursos democráticos, como: a escola é da comunidade, ou a escola também é sua; uma retórica vazia de significados e contam com a inércia da comunidade escolar para referendar a imposição de um capitalismo selvagem, desigual e excludente. Para haver uma gestão democrática do ensino público, é necessária a participação e distribuição equitativa de poder, de responsabilidades e de benefícios entre todos os envolvidos com a realidade escolar. Considerando que a função do Conselho Escolar é essencialmente político-pedagógica, é fundamental para a democracia uma participação nas ações diárias da escola acompanhando as práticas escolares nas áreas pedagógicas, administrativa e financeira, deliberando, consultando, fiscalizando, avaliando e mobilizando a comunidade para ações democráticas dentro dos espaços educativos. O artigo traz à tona a importância dos conselhos na democratização da escola bem como sua colaboração para uma educação de qualidade, que permita a emancipação do educando. As análises bibliográficas pautam-se numa perspectiva histórico-crítica, tendo como base as contribuições de Antônio Gramsci e Maria da Glória Gohn, buscando levar a sociedade escolar a refletir sobre sua prática, bem como se mobilizar para mudar esta prática autoritária de ensino que só leva o indivíduo à própria alienação.

**Palavras-chave:** Gestão democrática, Conselho escolar, Educação, Participação.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Modalidade de apresentação:** Comunicação Oral

---

<sup>10</sup>Gilson Lopes Soares, Professor de Sociologia da Escola de Ensino Médio Jovem Gonçalves Vilela, Ji-Paraná, Educador Social do CREAS – (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Aluno especial do Mestrado de Educação da UNIR. Contato gilson\_karts@hotmail.com

<sup>11</sup>Marilsa Miranda de Sousa, Professora Doutora – UNIR.

## **A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO EDUCATIVA DO PEDAGOGO NA RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NAS QUATRO UNIDADES DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA DE PORTO VELHO-RO**

PESSOA, Katiana Nunes de Araújo. FATEC-RO<sup>12</sup>  
GUZMAN, Raika Fabíola. FATEC/RO<sup>13</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo Investigar a importância da ação educativa do pedagogo na ressocialização do adolescente em conflito com a lei nas 04 (quatro) unidades de Internação socioeducativa no município de Porto Velho-RO. O estudo faz uma breve abordagem histórica do atendimento ao adolescente em conflito com lei, ressalta o avanço com o ECA e com o novo instrumento legal, que é o SINASE, onde norteiam o atendimento socioeducativo e juntos trabalham no intuito de melhorar a aplicação das medidas socioeducativas, bem como buscar melhoria no cotidiano das unidades e por consequência aos adolescentes que lá estão cumprindo medida socioeducativa. Haja vista que, nesse espaço de conflito é necessário que se tenha como foco uma educação humanizadora e baseada no diálogo para uma ação transformadora e assim com base na ação que liberta tendo a concretização do SER mais como meta e não como fim. Tendo como referencia autores como FREIRE (2003), COSTA (2000), bem como os instrumentos legais acima mencionados, incluindo a Constituição Federal (1988). A partir de uma abordagem qualitativa, com ênfase descritiva e interpretativa este estudo permitiu um contato direto com o ambiente e a realidade do cotidiano nas unidades socioeducativas, buscou no segundo momento coleta de dados através de questionários aplicados para pedagogos atuantes nas 04 (quatro) unidades de internação socioeducativas, sendo três unidades masculinas e uma feminina, bem como aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no município de Porto Velho-RO para posterior confronto com o embasamento teórico adquirido através da pesquisa bibliográfica. O resultado obtido na pesquisa é de que a figura do pedagogo e a sua atuação nas unidades socioeducativas é imprescindível para nortear as atividades pedagógicas e viabilizar as metas traçadas em torno dos adolescentes, buscando o distanciamento das alternativas ilegais, e contribuindo para a construção de sua identidade, de modo que possibilite assumir um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Deste modo, entende-se que por meio da educação é possível haver mudanças de pensamento e por consequência de atitude, quando temos de fato profissionais comprometidos com a educação, reconhecendo que a mesma é o caminho para mudança.

**Palavras-Chave:** Adolescente. Educação. Pedagogo.

**Eixo Temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Modalidade de Apresentação:** Comunicação oral.

<sup>12</sup> Graduada em Pedagogia (2012.2) pela Faculdade de Ciências administrativas e de tecnologia- FATEC/RO. Correio eletrônico. nunes\_katiana@hotmail.com

<sup>13</sup> Prof. Ms. da Faculdade de Ciências administrativas e de tecnologia- FATEC/RO, Curso de Pedagogia e da Pós-graduação em Gestão Escolar. Orientadora da autora no curso de graduação em Pedagogia (2012.1) Correio eletrônico. Fabiolla\_silva@hotmail.com

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INDICADORES DE APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE SOBRE O EFEITO DAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO E O FRACASSO DA ESCOLA PÚBLICA RONDONIENSE.**

Claudinei Frutuoso<sup>14</sup> - UNIR  
Gedeli Ferrazzo<sup>15</sup> - UNIR  
Carlos Antônio Maciel<sup>16</sup> - UNIR

### **RESUMO**

No contexto atual das políticas educacionais, uma nova reorientação fundamentada na teoria do capital humano se torna evidente na ampliação estatística da educação básica no Brasil, aonde a necessidade de indicadores educacionais se faz presente com o objetivo de controlar a aplicação e investimento de recursos. Esses indicadores correspondem ao compromisso consolidado pelo governo brasileiro junto a organizações internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial. No Brasil esses indicadores com função de gerenciar dados para a aplicação de recursos, passam a fazer parte da realidade das escolas desde 1998, com a criação do Enem em 2005 com a prova Brasil que foi instituída pela portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, em substituição ao antigo SAEB, surgindo a partir daí o IDEB escolar, que tem como meta avaliar as escolas de todo o país. Porém, vale aqui ressaltar que só a presença destes indicadores não garante o sucesso escolar. Evidenciando a necessidade de uma pesquisa para avaliar o efeito destas políticas a partir destes indicadores. Desta forma, o presente trabalho tem como proposta a abordagem do seguinte problema: como as políticas educacionais elaboradas a partir dos indicadores de aprendizagem podem contribuir para o sucesso ou fracasso escolar? Assim o objetivo desta pesquisa é analisar as políticas educacionais elaboradas a partir dos indicadores de aprendizagem e sua contribuição no processo de aprendizagem. A metodologia se baseia em procedimentos técnicos com pesquisa documental e bibliográfica, sendo do ponto de vista do objetivo uma pesquisa exploratória; e do ponto de vista do problema qualitativa. A fundamentação teórica que embasa este estudo dispõe de livros, artigos, leis e documentos institucionais. Num primeiro momento foi analisado o contexto da educação brasileira e seus contrastes, bem como as leis educacionais que organizaram o modelo de educação até a atualidade. Num segundo momento o enfoque passa a avaliação do ensino, desde o primeiro modelo de avaliação até o atual, dando ênfase ao objetivo de cada avaliação em seu período. Num terceiro momento faz-se uma análise dos dados e compara-se com o modelo atual, destacando avanços e retrocessos neste processo. Portanto ao analisar os fatores que caracterizam esse processo, faz-se necessário uma criteriosa distinção dos modelos educacionais vigentes e principalmente as características da escola rondoniense e suas diversidades. Serão abordadas algumas características como o uso das tecnologias nesta nova dimensão do ensino, bem como a importância das mesmas na condução do processo de gestão escolar.

**Palavras Chave:** Políticas Educacionais. Fracasso Escolar. Indicadores. Gestão Escolar.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de Apresentação:** Comunicação Oral.

<sup>14</sup> Mestrando em Educação, Unir, [frutuoso12@gmail.com](mailto:frutuoso12@gmail.com)

<sup>15</sup> Mestranda em Educação, Unir, [geferrazzo@hotmail.com](mailto:geferrazzo@hotmail.com)

<sup>16</sup> Professor Orientador, Mestrado de Educação, [acmaciel@unir.br](mailto:acmaciel@unir.br)

## **CONTRADIÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO “PCN” E “PNLD 2011”: UMA ANÁLISE DA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.**

Daniilo Curado – UNIR<sup>17</sup>  
Marco Antônio Oliveira Gomes – UNIR<sup>18</sup>

### **RESUMO**

A pesquisa examina os livros didáticos de História, pormenor os do 6º ano (5ª série), aprovados pelo Governo Federal e disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O objetivo foi o de apontar as contradições entre PCN - História e PNLD 2011 relativas ao período pré-colonial brasileiro, por meio dos dados provenientes da arqueologia, e suas consequências para a identidade cultural do Brasil. Motivados pela revisão bibliográfica, percebemos que o período pré-colonial brasileiro é segregado dentro do cenário da História do Brasil. Diante desse quadro, analisamos a necessidade da real inserção deste momento pré-colonial no cotidiano do alunado do ensino fundamental, por meio dos livros didáticos propostos e distribuídos pelo Governo. Como metodologia, utilizamos da Análise de Conteúdo, tendo como o corpus os livros mais vendidos de cada uma das seis editoras que tiveram suas obras aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, consideramos que os seis livros elencados adequam à Regra da Representatividade no universo de obras adquiridas pelo governo, pois juntos totalizam 81,34% de todas as unidades distribuídas. Contendo como Unidade de Registro o tema e a Unidade de Contexto o parágrafo, a pesquisa funda-se na Análise Qualitativa, pois busca a presença ou ausência dos temas. Assim, visando à efetivação da análise de conteúdo, foram classificadas seis categorias e sessenta e seis subcategorias. Destarte, durante a pesquisa percebemos que a política educacional demonstra-se contraditória, contrapondo o ideal do real: na Constituição, quanto aos deveres do Estado em garantir o acesso às fontes culturais e a proteção ao Patrimônio Cultural (ideal), atinamos que pela falta de condições materiais para a realização de tal fim, há uma pequena preservação desses bens (real). Ocorre, de forma semelhante, com as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (ideal) e os dados observados nos livros didáticos propostos pelo PNLD (real). Observamos que é dever do Estado apreciar sobre os dados arqueológicos das obras aprovadas. Defender a presença da história do período pré-colonial nos livros didáticos é um modo de não apagarmos a existência daqueles que foram exterminados ao longo dos anos que se seguiram a invasão europeia. Dessa forma, seria um instrumento importante de “alfabetização cultural”, possibilitando a manutenção da memória dos grupos minoritários.

**Palavras-chave:** Política Educacional. PCN. PNLD. Arqueologia Pré-Colonial.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de apresentação:** Comunicação oral.

<sup>17</sup> Bacharel em Arqueologia, aluno do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: [curadodaniilo@gmail.com](mailto:curadodaniilo@gmail.com)

<sup>18</sup> Doutor em Educação, professor do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: [marcooliveiragomes@yahoo.com.br](mailto:marcooliveiragomes@yahoo.com.br)

## **FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

### **QUALIDADE DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Izade Lima Gaudino/UNIR<sup>19</sup>

Maria Gelian N. Dias/UNIR<sup>20</sup>

Vanessa Gama/UNIR<sup>21</sup>

Marco Antônio de Oliveira Gomes/UNIR<sup>22</sup>

#### **RESUMO**

Diante do processo de universalização do acesso à educação escolar no Brasil, presente nas últimas décadas em um cenário marcado pelas transformações no mundo do trabalho e com a crescente exigência de trabalhadores qualificados, a questão da qualidade na educação tornou-se tema de inúmeros artigos, trabalhos e discussões acadêmicas. Certamente, não será a escola que possibilitará a inclusão de todos no mercado de trabalho, uma vez que as relações capitalistas de produção são marcadas pela exclusão. No entanto, torna-se necessário discutir a forma pela qual ocorre o processo de expansão, bem como seus critérios de forma a aprofundar a compreensão do fenômeno. Por isso, apresentamos como objetivo identificar as condições políticas e materiais de financiamento e avaliação da educação brasileira, que refletem em última instância, os projetos em disputa na sociedade. Para o desenvolvimento do trabalho, fez-se necessário um levantamento bibliográfico e documental, realizado ao longo do segundo semestre de 2012, alicerçado e autores como Dermeval Saviani (1997 e 2002), Creso Franco (2007), Pablo Santos (2012), entre outros, que contribuiram para a discussão da temática. Diante das leituras realizadas, a pesquisa procura apontar para os limites e possibilidades de construção de uma educação de qualidade dentro um cenário material marcado pela desigualdade econômica e social, pois a escola, como instituição social, não é imune às contradições e, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, desempenha um papel estratégico na preservação da ordem. Com base na coleta dos dados obtidos até o momento, e na análise a luz das referências citadas, observou-se que a necessidade de vincularmos os resultados dos processos avaliativos com as condições materiais de formação e trabalho docente, bem como as políticas educacionais no Brasil dirigidas a educação fundamental para viabilizar a universalização do acesso ao ensino e redistribuição de financiamento de verbas destinado a educação. Os resultados obtidos até o momento levam-nos a inferir que as políticas de expansão da educação básica no Brasil ocorreram em detrimento da qualidade alardeada pelos setores dominantes.

**Palavras- chaves:** Qualidade de Ensino. Políticas Educacionais. Educação.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Modalidade de apresentação:** Comunicação oral.

<sup>19</sup> Acadêmica do 7º Período do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: izadegaudino@bol.com.br

<sup>20</sup> Acadêmica do 7º Período do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: mariagelian@yahoo.com.br

<sup>21</sup> Acadêmica do 7º Período do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: vanesgama@hotmail.com

<sup>22</sup> Professor do Departamento de Ciências da Educação, do Curso de Pedagogia - Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: marcooliveiragomes@yahoo.com.br

## **O GERENCIAMENTO DO RECURSO DO FUNDEB NUMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE PORTO VELHO-RO.**

Queila Aparecida da Silva Almeida-UNIR<sup>23</sup>  
Joseneide Maciel dos Santos-UNIR<sup>24</sup>  
Leonice Dantas da Silva Amaral-UNIR<sup>25</sup>  
Professora. Mestre Marlene Rodrigues-UNIR<sup>26</sup>

### **RESUMO**

O FUNDEB atende a toda educação básica com a distribuição de recursos financeiros oriundos de arrecadações de todos Estados/ Municípios brasileiros e complemento do Governo Federal. Abrange todas as escolas da rede pública, com objetivo de alcançar o máximo de qualidade em educação a partir de investimentos em ações nas estruturas físicas das escolas e principalmente recursos destinados à valorização do magistério. Embora já exista há alguns anos com uma definição/ orientação para o uso devido, ainda há muita dúvida, por parte dos gestores escolares, no que tange aos investimentos que podem ser feitos. A pesquisa teve como objetivo analisar o gerenciamento dos recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e sua utilização na escola, bem identificar como a gestão escolar tem administrado o recurso. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, realizada no segundo semestre/2012, a partir da aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas para um gestor de Escola Municipal. A pesquisa em andamento tem como aporte teórico Saviani (2007) e Santos (2012), além da LDB 9394/96 e a própria lei que instituiu e rege o FUNDEB. Os resultados da pesquisa, em fase de finalização, indicam que ainda há dificuldades na administração e aplicação desses recursos uma vez que as necessidades da escola são maiores do que aquilo que o recurso pode contemplar. Na opinião do gestor houve, sobretudo, uma melhora na questão salarial dos profissionais em educação, não no sentido quantitativo, mas a certeza de que os atrasos na folha de pagamento se encerraram e permitem ao professor condições de gerenciar seus gastos e com isso mais qualidade de vida.

**Palavras chaves:** FUNDEB. Recursos. Escola. Gerenciamento.

**Eixo temático:** Políticas Públicas e Gestão Educacional.

**Modalidade de apresentação:** Comunicação Oral.

<sup>23</sup> Aluna da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia

<sup>24</sup> Aluna da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia

<sup>25</sup> Aluna da Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia

<sup>26</sup> Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia

## **INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA BIBLIOTECA DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE HUMAITÁ-AM.**

Darlane Batalha Magalhães IEAA/UFAM<sup>27</sup>

Juliana de Lima da Silva IEAA/UFAM<sup>28</sup>

### **RESUMO**

Este texto constitui-se em um relato de experiência acerca de um trabalho realizado durante o estágio supervisionado na Gestão Escolar do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, do Instituto de Educação Agricultura e Ambiente – IEAA, desenvolvido na biblioteca de uma escola estadual na cidade de Humaitá-AM, no período de março a julho de 2012. Durante o estágio constatou-se que dentre os diversos espaços da instituição, a biblioteca era a que mais necessitava de uma intervenção pedagógica administrativa. Apesar de conter um rico acervo, nas diversas áreas, carecia de organização e melhor utilização do seu espaço físico. O comportamento dos estudantes nesse espaço, a falta de cuidado com os livros e a atitude da responsável pela biblioteca durante o atendimento dos estudantes também nos chamou a atenção. Pois em Humaitá- AM, assim como em outras cidades, não há biblioteconomistas suficientes para o atendimento nas bibliotecas, de modo que estes espaços são preenchidos por professores que são afastados da sala de aula por algum motivo, infelizmente estes profissionais não possuem a formação adequada para o atendimento nas bibliotecas. Assim, como uma série de outros professores, a responsável foi encaminhada para este trabalho, por que está próxima de se aposentar e em alguns momentos não sabe intervir de forma pedagógica no espaço da biblioteca. A biblioteca pode ser considerada a alma das instituições escolares, de modo que é extremamente importante zelar por seu espaço e conteúdo através de uma organização voltada para a construção do conhecimento e para a satisfação da curiosidade dos educandos, sendo imprescindível que estes compreendam suas regras de funcionamento e possam ter acesso aos livros. A formação de leitores é um processo que acontece gradualmente, de modo que estes precisam ter contato direto com os livros podendo assim, desenvolver o gosto pela leitura. Nossa proposta foi de reorganizar o espaço físico da biblioteca, de modo que este local fosse mais bem utilizado e que os livros ficassem dispostos nas estantes vinculando áreas afins, para um uso potencializado de estudantes, professores e funcionários. Um de nossos objetivos foi de proporcionar aos estudantes durante o processo de reorganização do espaço físico momentos de conscientização sobre os cuidados que devemos ter com os livros da escola, enfatizando que os exemplares dispostos na biblioteca são bens comuns de todos e que a frequentam e que o cuidado e a devolução em bom estado destes são fundamentais. Além da conscientização e formação complementar da responsável pela biblioteca e dos demais funcionários que compõem o corpo escolar.

**Palavras-chave:** Intervenção Pedagógica. Biblioteca Escolar. Gestão Escolar.

**Eixo temático:** Políticas públicas e Gestão Organizacional.

**Modalidade de apresentação:** Comunicação oral.

<sup>27</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAM – Universidade Federal do Amazonas do IEAA – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Campus Vale do Rio Madeira – CVRM. E-MAIL: daribatalha@hotmail.com

<sup>28</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAM – Universidade Federal do Amazonas do IEAA – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Campus Vale do Rio Madeira – CVRM. E-MAIL: juliana.lima15@yahoo.com.br